



MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ SC

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 84/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 84/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de cursos de transporte escolar e de passageiros para os motoristas da Secretaria Municipal de Educação.

Assunto: Parecer

Relatório

Trata-se de solicitação de parecer sobre a realização de processo licitatório de Dispensa de Licitação, objetivando a *“Contratação de empresa especializada para realização de cursos de transporte escolar e de passageiros para os motoristas da Secretaria Municipal de Educação”*, sendo de suma importância para aperfeiçoamento de motorista e para oportunizar-lhes maior conhecimento, o que trará melhor segurança no transporte de alunos da rede escolar.

Da análise e dispositivos legais

Atualmente, quanto aos processos licitatórios, observa-se a aplicabilidade da vigente Lei nº 14.133/2021, norma essa que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, seja Direta ou Indireta, também temos, *in casu*, sobre o assunto, o Decreto municipal nr. 084/2022, art. 2º, respeitando-se eventuais outros dispositivos legais aplicáveis ao caso.

Segundo dispõe a Lei nr.14.133/2021, é possível a dispensa de licitação, pois:

Art. 75: *É dispensável a licitação:*

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência;

Já o Decr. Municipal nr. 084/2022, diz:

Art. 2º. *É possível a realização da contratação direta em razão do baixo valor para os casos indicados no art. 75, I,II, §7º e art. 95, §2º.*

Da análise e dispositivos legais



02.

Atualmente, quanto aos processos licitatórios, reitera-se, a aplicabilidade da vigente Lei nº 14.133/2021, norma essa que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, seja Direta ou Indireta.

O presente certame possui seu embasamento na lei 14.133/21, em especial o disposto em seu art. 6º, XX, c/c art. 18, §§ 1º e 2º, art. 75, II, Decreto municipal nr. 084/2022, art. 2º e eventuais outros dispositivos legais aplicáveis ao caso.

Quanto a licitação em si, temos o estudo técnico preliminar, também o Termo de referência, cada qual contendo suas especificações, exigências legais, direitos, deveres, razões, etc, inclusive com indicação e informação de existência de dotação orçamentária, juntamente com o documento de formalização de demanda, contendo justificativa face ao menor valor, descrição do objeto, enfim, percebe-se a necessária lisura do certame.

Denota-se que restaram providenciadas as cotações de empresas do ramo, cujos documentos facultaram, já dito, a opção do menor preço, dentro do que preconiza a legislação.

Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional, são os previstos no art.75, II, da Lei 14.133/21, suporte legal que soma-se ao disposto no art. 2º do Decreto Municipal 084/2022.

Sem maiores ilações, smj, uma vez definido o objeto pretendido, com base no que dispõe a Lei 14.133/2021, desde que se tenha o *atendimento do aspecto documental*, uma vez confirmado a existência de orçamento pelo setor contábil, respeitado limite de valor e melhor preço cotado, não vê-se qualquer óbice a continuidade do certame de dispensa de licitação, podendo rumar para a definição de compra dos serviços(objeto-itens), o que facultará a melhoria de conhecimento dos motoristas, que farão uma condução mais segura junto aos veículos e ônibus escolares, no transporte de alunos da nossa rede escolar; fica o alerta para cuidar-se das devidas Publicações Legais.

Em suma, com base nos documentos e andamento dos trâmites legais deste procedimento, a título opinativo, entende-se, s.m.j, pela possibilidade da contratação do presente objeto, mediante Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, Decr. Municipal 084/2022-art. 2º e eventuais outros dispositivos legais aplicáveis, não vislumbrando-se ilegalidades no certame.

Sendo o parecer opinativo, leve-se para deliberação final da Autoridade Competente.

Águas de Chapecó SC, 17 de maio de 2024.

DOALCEI DIAS MAURER
Ass. Jurídico Matr:10426